



A Comunicação Pública na Web como Ferramenta de Mobilização¹

Douglas ROMANI²

Tiago MAINIERI³

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG⁴
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

Este artigo propõe a discussão da comunicação pública enquanto elemento primordial para o exercício da cidadania, pois é por meio dela que governo e sociedade estabelecem um vínculo de trocas para discussão de temas que concernem ao interesse público. Discute também como o surgimento da internet, sobretudo a partir do momento em que ela passa a ser construída colaborativamente pelos usuários, traz um novo espaço de comunicação onde o cidadão comum já aventa a possibilidade de poder questionar e criticar as situações em que se sente excluído. Pretende analisar ainda como este espaço, apesar de ainda não estar disponível para boa parte dos indivíduos, já figura como uma possibilidade real de trazer a comunicação pública ideal para perto da sociedade e figura como exemplo de discussão e ações concretas.

Palavras-Chave: Cidadania; Comunicação Pública; Internet

1. As Faces da Comunicação Pública

A comunicação pública (CP), bem como sua multiplicidade de significados, tem surgido recorrentemente em estudos que visam conceituá-la ou mesmo estabelecer as formas corretas de se praticá-la. Por essa dificuldade de conceituação ou mesmo pela polissemia do termo, é comum encontrar obras sobre a forma incorreta de se fazer comunicação pública ou os seus pressupostos, mas mais difícil é encontrar definições claras e atuais sobre o assunto. Isso se justifica também pelo fato de essa discussão ser

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Publicitário, Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing pela PUC-GO. Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Facomb-UFG. Linha de Pesquisa em Mídia e Cidadania. E-mail:douglasromani@hotmail.com.

³ Orientador. Bolsista de Pós Doutorado Jr, (CNPq) na UFRJ. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Professor Adjunto da UFG. Professor Permanente do PPGCOM.

⁴ Fundação fomentadora do projeto através de concessão de bolsa de mestrado ao autor do trabalho.



relativamente recente e ainda não ter parâmetros bem definidos. Elizabeth Brandão (2009), ao defender que esta expressão ainda não tem um conceito claro e que o termo estaria em construção, levanta cinco possibilidades de aplicação ou de contextos para aplicação do mesmo: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada. Dentro dessas várias possibilidades este último conceito vem ganhando destaque, tanto pela atualidade do mesmo, que o coloca de antemão contextualizado com a realidade vivenciada, quanto pela participação dos públicos que ele engendra. Trata-se de entender a comunicação pública como uma prática democrática e social da comunicação, que leva em conta o cotidiano e o interesse dos públicos específicos. Esse tipo de conceituação se afasta da forma mais comum de se entender a comunicação pública, que é a comunicação de ordem governamental, em que a comunicação muitas vezes é unilateral e visa, dependendo do governo em questão, uma efetiva ou aparente prestação de contas para a comunidade, sem levar em conta os anseios, o diálogo e o interesse público de fato. Este afastamento entre as aplicações mais comuns do termo permite que a emissão da comunicação parta de qualquer lugar e promova discussões acerca de assuntos variados, pensados por quaisquer pessoas e/ou grupos.

Por esse aspecto recorrente de estabelecimento de pré-requisitos para se definir a comunicação pública, este trabalho irá se apoiar nesse viés de comunicação pública como uma prática democrática e social da comunicação, que suscita o aspecto da aproximação com o cotidiano dos grupos e as práticas políticas dos mesmos.

Como ressalta Jorge Duarte (2009), a comunicação pública demanda alguns aspectos para sua consecução: dar prioridade ao interesse público em detrimento de interesses individuais ou corporativos, colocar o cidadão como central no processo, ir além do que tão somente prover informações, adaptar às ferramentas de acordo com os públicos e, por fim, admitir a complexidade da comunicação e trabalhá-la como uma coisa única. Entre todos esses aspectos é preciso destacar que a centralidade do cidadão no processo é imprescindível no sentido de não apenas levar informações, mas sim fornecer ferramentas para o acesso dessas pessoas de modo que seja estabelecido um diálogo para garantir uma comunicação de fato, em que existe uma troca.

Segundo Brandão (2009) a utilização da terminologia comunicação pública para designar a disseminação de informações úteis para construção da cidadania começou a ser empregada a partir do governo Lula. Buscando manter a imagem que o presidente gerou durante sua campanha eleitoral, vários conceitos foram estabelecidos para buscar



nortear a comunicação feita pelo governo. Sem entrar nos méritos da intencionalidade da comunicação promovida e nem na avaliação do que foi feito em relação ao que foi proposto, houve avanços em relação à preocupação em se comunicar com a população. Contudo, essa comunicação dita pública, apesar de apresentar avanços, ainda não consegue alcançar alguns pressupostos para uma CP plena, sobretudo em relação à questão dialógica. Trazer respostas sobre ações relacionadas ao público, apresentar as instituições e seus serviços, divulgar ações de comunicação cívica, que são alguns dos pressupostos apresentados por Monteiro (2009) como inerentes à comunicação pública, demonstram que houve alguma evolução a partir do marco da eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência. Mas a dificuldade de se estabelecer canais de troca entre governo e população, além da divulgação de informações parciais e pré-selecionadas pelo governo, impede que se fale em comunicação voltada, de fato, para o público.

Graça Monteiro (2009) traz a discussão sobre a CP para o campo da mensagem, relevando um pouco o papel do receptor. Fazendo isso a autora realoca a definição de o que é ou não comunicação pública para o campo do interesse público, onde a pauta de discussões passa a ser definida por meio de negociações entre as partes envolvidas.

Partindo dessa vertente, podemos assumir que a definição proposta por Heloiza Matos está próxima de levar em conta os pressupostos para uma comunicação pública real: “processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 2009. p.49). O que talvez não tenha sido levado em consideração é que comunicação pública não ocorre somente em questões que afetam o país. Dentro de cidades ou mesmo bairros, devem existir processos comunicacionais voltados para o debate político de temas de relevância para os grupos locais.

Para que essa participação popular ocorra, é imprescindível que os cidadãos, tenham acesso a informações. O problema ocorre quando a informação é pouco acessível a grande parte da população. Para Jorge Duarte (2009), além da falta de recursos para o acesso, o déficit educacional entre as camadas populacionais menos favorecidas pressupõem uma maior dificuldade de compreender o significado de tudo aquilo que precisam conhecer para ajudar na construção de seus processos de cidadania.

Contudo, segundo dados do PNAD 2011 do IBGE⁵, 96,9% da população brasileira possui pelo menos uma TV em casa. Motivado por tal discrepância, Venício

⁵G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/numero-de-casas-com-tv-supera-o-das-que-tem-geladeira.html>> Acesso em 18 de abr. 2013.



Lima (2009) cita dados de 2006 do Instituto Vox Populi para apresentar que quase 60% dos entrevistados declararam que a televisão era sua maior fonte de informação política. Esse destaque da mídia, sobretudo da TV, na forma com que os cidadãos têm acesso às informações acaba trazendo para os meios de comunicação de massa um papel que não cabia a eles, mas que os torna ainda mais fortes e onipresentes na sociedade moderna. Trata-se das funções de construir uma agenda política, transmitir informações políticas, fiscalizar o governo, criticá-lo e direcionar as demandas da população.

Junte-se a isso a incapacidade política dos cidadãos, conforme defendido por Márcia Duarte (2009), e o conseqüente mutismo decorrente desta incapacidade e teremos um cenário pronto e acabado para que os meios de comunicação possam permear e, não raro, coordenar a forma com que os cidadãos entram em contato com a política, agora não mais tratando exclusivamente da gestão do Estado, mas sim das práticas políticas inerentes a qualquer sociedade. Essa “espiral do silêncio”, conforme conceito apresentado por Elisabeth Neuman (1995), tende a fazer com que a “voz” dominante seja sempre a dos meios de comunicação, pois até recentemente, até o surgimento e popularização da internet, não existiam formas contundentes e eficazes de se apresentar pontos de vista alternativos para uma grande quantidade de pessoas. Essa falta de espaço potencializava a prática do discurso único.

O surgimento e popularização da internet deu início a uma fase de discussão de comunicação pública mediados pelas mídias de massa. É importante frisar que são processos coexistentes e que a internet não é capaz de solucionar de imediato alguns vícios da forma de se praticar a CP. Contudo, as possibilidades trazidas aproximam o cidadão do processo. Mas quem é esse cidadão e o que se espera dele?

2. A Cidadania e os Papéis do Cidadão

Com o surgimento de novas mídias, sobretudo a internet, a forma com que as pessoas passaram a utilizar os meios de comunicação de massa se alterou. Isso pode ser explicado, em grande parte, pelas possibilidades inéditas de interação que os meios trouxeram. Essas possibilidades, conseqüentemente, também alteraram a forma com que as pessoas constroem a sua cidadania permeada pelos meios de comunicação.

Quando T. S. Marshall (1967) define cidadania como algo permeado por três dimensões, relativas aos direitos civis, políticos e sociais, ele os trabalha dentro de um contexto perfeitamente coerente com a época. Contudo, com o passar do tempo, novos



aspectos imprescindíveis à construção da cidadania surgiram ou passaram a ser percebidos, o que deu uma dimensão ainda maior a este termo tão polissêmico quanto a própria definição de comunicação pública.

A definição de Hanna Arendt (1979), que define a cidadania como o direito de ter direitos, já apresenta uma maior amplitude, pois já prevê quaisquer outros direitos que o cidadão venha a ter. Marshall também postula que esses direitos seriam inerentes a determinados grupos. Ou seja, cidadãos com o mesmo *status* fariam juz aos direitos que aquele *status* confere. A isonomia não seria entre todos os indivíduos de uma determinada comunidade, mas sim dentro de grupos e entre as pessoas com características específicas em comum. Foram justamente essas concessões de privilégios que suscitaram nas camadas preteridas uma necessidade de lutar pela expansão de seus direitos. Arendt coloca que a percepção da necessidade de buscar a cidadania só foi percebida a partir do momento que diversos grupos foram aliados do processo.

Essa busca, em diversos momentos, ocorre por intermédio dos meios de comunicação, que muitas vezes funcionam como a voz da sociedade frente aos poderes que tendem a ser inacessíveis quando não praticam a comunicação pública. Canclini (1997) diz que os questionamentos que definem os cidadãos, incluindo a busca pela informação, pelos direitos e pela representatividade costumam lograr maior êxito nos meios de comunicação do que pelas regras de democracia ou pela participação política.

Quanto a isso, o surgimento da internet veio contribuir de forma significativa para a construção da cidadania, pois algumas características desse meio apontadas por Maria Ercília (2000), como a velocidade e a escala das trocas de informação, a uniformidade dos textos e a redução de custos, fizeram com que uma grande quantidade de conteúdos ficassem acessíveis a um vasto número de pessoas. É necessário ressaltar, contudo, que só o acesso a informação não garante cidadania a ninguém, mas sem informação é muito mais difícil para um indivíduo buscar se aproximar tanto quanto possível de um ideal de cidadania. A idealização dessa cidadania é importante a título de modelo, mas, conforme José Murilo de Carvalho, ela talvez sequer exista:

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2002. p.9)

De fato, quando se adquire determinado direito os demais não são necessariamente obtidos, pois geralmente as instâncias são independentes. Até mesmo



por isso a questão do acesso à informação se torna tão importante e o papel das mídias ganha destaque. A internet propicia uma variedade muito maior de canais, pontos de vista e permite inclusive que o próprio cidadão seja produtor de conteúdo.

Entretanto, conforme coloca German (2000), as camadas sociais que não têm condições financeiras necessárias à compra de equipamentos e ao pagamento para o uso da rede ficam alijadas do progresso econômico e social. Por conta disso, a desigualdade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos estaria aumentando e o mundo estaria passando a ser dividido entre pessoas conectadas e isoladas. Corroborando com a ideia, Lorenzo Vilches fala que “O mundo não se divide entre ricos e pobres, mas entre os informados e aqueles que ficaram de fora da era das conexões” (VILCHES, 2003. p.32).

Sem entrar nos méritos das razões do isolamento, a falta de acesso à rede, durante muito tempo, resumia-se a não fazer parte de determinadas interações sociais pela rede e de reduzir as possibilidades de aquisição de conteúdos disponíveis. Contudo, com a recente popularização massiva da *web*, em que pese que, segundo dados do Fecomércio-RJ/Ipsos⁶, apenas 48% da população brasileira tinha acesso à rede até novembro de 2011, muitos processos de órgãos governamentais tem passado a ser oferecidos com exclusividade de forma *online*. Tal fato vai de encontro com as premissas básicas de uma comunicação pública, tendo em vista que não há, conforme defende Jorge Duarte (2009), adaptação das ferramentas de acordo com o público e o cidadão não é colocado na centralidade do processo.

Para tentar minimizar essa questão o Governo Federal tem implementado alguns planos para popularização da internet. Ainda sem ter parâmetros suficientes para medir o resultado destes programas, as iniciativas dos governos são necessárias, pois os “isolados” padecem de problemas que vão além do acesso à rede.

Contudo, apesar dos contratemplos, a rede traz também um mundo de possibilidades e processos que, paulatinamente, tendem a inserir nos processos comunicacionais formas mais completas e democráticas de diálogo. Pode-se observar, por exemplo, que apesar de muitos brasileiros não terem acesso à internet, todos aqueles que o possuem podem recorrer aos mesmos conteúdos. Ademais, o cidadão pode ser o responsável pelo desencadear o processo comunicativo como emissor.

Em relação a isso, Negroponte (2000) diz que a internet permite que cada pessoa funcione como uma rede de TV não autorizada, o que propicia uma mudança estrutural

⁶ To Be Guarany. Disponível em <http://tobeguarany.com/internet_no_brasil.php> Acesso em 18 abr. 2013.



nas formas de se enxergar a comunicação de massa, já que não há a necessidade de profissionalismo, nem de altos custos de produção. Cada indivíduo tem a possibilidade de determinar o que é importante discutir para si próprio e para os grupos a que pertence, se aproximando de uma nova proposta de comunicação pública.

Quando Pierre Levy (1999) traz o conceito de sistemas de comunicação “todos-todos” e destaca a internet como a principal ferramenta deste modelo, trata justamente dessa liberdade de não ter que se limitar a questões de contiguidade física, nem depender de cessão de espaços nos meios de comunicação convencionais. Contudo, o termo “todos-todos” pressupõe que 100% da população tem acesso a ele, quando sabe-se que, pelo menos no Brasil, isto está longe de acontecer, apesar dos avanços.

De qualquer forma, a *web* tem um papel importante nesse processo de liberdade do cidadão ao possibilitá-lo tratar das questões que considera relevantes, sem ter que se pautar pelos meios de comunicação de massa. E como esse processo de transformação dos cidadãos comuns em emissores demanda uma troca para se estabelecer uma comunicação de fato, é importante verificar como esse espaço de diálogo funciona.

3. O Surgimento da Internet como Espaço de Diálogo

Para se entender como as funções da internet enquanto espaço de socialização ocorrem é necessário levantar um breve histórico desse meio de comunicação. Os primeiros experimentos para criação da internet se deram em 1962 com o objetivo de se criar uma rede que permitisse a transmissão de dados sem perda e com segurança. Percebe-se então que, desde seu início, a internet foi concebida para a transmissão de informações. Se popularizou em institutos de pesquisa e no meio acadêmico na década de 1970 e 1980, mas foi somente em 1991 que surgiu o World Wide Web (www), sistema de hipermídia que interliga os arquivos na rede de forma a facilitar o acesso do usuário comum, o que propiciou que, no decorrer da década de 1990, a *web* se popularizasse massivamente, recebendo milhares de novos usuários diariamente.

Em relação aos modos de interação com o meio por parte dos indivíduos, a internet trouxe importantes contribuições, principalmente pela pluralidade de canais de informação disponíveis. Logo, como o acesso à informação é condição básica tanto para a construção da cidadania quanto para a efetivação de uma comunicação pública, a internet talvez seja o meio de comunicação que mais contribua nesses processos em relação à forma de uso. Isso pode ser notado quando, por exemplo, o usuário da rede



busca informações sobre determinados eventos em diversos canais diferentes, com interfaces diversificadas e com abordagens e pontos de vista distintos. Em outras mídias essa possibilidade tende a ser muito mais restrita. Isso sem contar que os próprios usuários podem postar informações e opiniões sobre o objeto de discussão, por meio de *sites* e mídias sociais como o Facebook, Twitter, Youtube, entre outros.

Com essa facilidade de produção de conteúdos diversos, Nicholas Negroponte (2003) considera que todo o escopo de informações e conteúdos de uma forma geral estariam passando por um processo de digitalização, que ele chama de transformação de “átomos” em “bits”. Em resumo, os átomos seriam tudo o que depende de uma contiguidade física enquanto os “bits” seriam os conteúdos que podem ser transmitidos por meio da rede. Este processo seria acelerado e sem volta e a quantidade de conteúdos postados diariamente na *web* são provas irrefutáveis dessa irreversibilidade no processo.

Em meio à importância que a *web* tem atingido em nossas vidas, Castells (2004) chega a dizer que a internet é o tecido da vida dos cidadãos e que seu surgimento é tão importante quanto o da energia elétrica, por conta de sua capacidade de distribuição do poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana.

Essa distribuição de poder ficou ainda mais evidente com o surgimento da chamada Web 2.0, que é como se denomina a computação social, com participação ativa dos cidadãos na construção da rede, por meio do compartilhamento de conteúdos. Exemplos claros dessa etapa da internet são os *sites* Wikipedia, Flickr e Youtube. Levy e Lemos (2010) exaltam o fato de que os conteúdos passam a ser criados e organizados pelos próprios usuários.

Como essa rede possui interfaces em diversos aspectos que permeiam toda a sociedade, a crença de Castells (2004) relativa a internet ser o tecido da vida dos indivíduos é corroborada por Vilches (2003), quando defende que a sociedade estaria emigrando para uma nova economia criada pelas tecnologias do conhecimento. Seria um movimento contínuo de produtores e consumidores, o que geraria a ocupação de novos espaços sociais diversificados.

Esses produtores e consumidores, que por muitas vezes são os mesmos indivíduos, pois deixa de haver tal separação de maneira clara, ganham voz nesses novos espaços sociais. Segundo Castells (2004) a internet teria permitido que, pela primeira vez, a comunicação fosse feita de muitos para muitos, na hora escolhida e em escala global. Surgem então comunidades virtuais, que lançam mão de novos padrões de interação social. Já não há mais o limitador geográfico e passa a haver uma certa ruptura



com a comunicação social e da vida familiar. Contudo, a quantidade de interações tem um grande salto quantitativo, apesar de já se tratar de outro tipo de interações.

Levy e Lemos (2010) chegam a falar inclusive de uma relação social permanente pelo ciberespaço ao tratar de ferramentas como o Twitter. Esse tipo de ferramenta de comunicação é tão permanente na vida cotidiana de grande parte da sociedade que, não raro, quem porventura não tenha alguma conta no Facebook ou no Twitter tem que se justificar para seus grupos de convívio e acaba excluído de diversas interações por parte do grupo.

Com o advento da chamada *Web 3.0*, ou *cloud computing*, em que a rede substitui a memória física do computador, já que os arquivos passam a ser guardados diretamente na internet, o acesso e compartilhamento de qualquer tipo de conteúdo ficou muito mais simples e instantâneo, pois permite o uso de aparelhos portáteis, como *tablets* e *smatphones*, para postar arquivos a qualquer momento. Levy e Lemos (2010) propõem que isso faria parte de uma nova esfera pública no ciberespaço, que já não seria mais recortada por espaços geográficos, mas diretamente mundial. As novas mídias interativas seriam verdadeiras ferramentas de conversação e não mais somente informativas.

Se a atividade humana está baseada na comunicação, a mudança que a internet provocou na forma de comunicação da sociedade acaba por afetar a vida de todos. Essas mudanças, sobretudo nas práticas sociais e comunicacionais, dariam, segundo Levy e Lemos (2010), uma maior capacidade de controle e intervenção e uma maior organização política àqueles que não fazem parte do sistema tradicional. Essa organização política, atrelada às diversas possibilidades da internet enquanto ferramenta de comunicação relativamente democrática pode ser vista como uma precursora de uma comunicação pública ideal, pois já traz em seu seio possibilidades de ações concretas. Ferramentas como o Facebook e Twitter podem levar para o “mundo real” atitudes concebidas no “mundo virtual”. Temas como política, educação, saúde e diversos outros inerentes a uma cidadania plena já vem sendo discutidos com muito mais frequência nessas mídias sociais.

Quando isso ocorre pode-se trazer novamente o postulado por Graça Monteiro (2009), quando diz que a comunicação pública está atrelada não ao emissor e sim ao conteúdo da comunicação, a partir de debates e negociação entre as partes envolvidas, bem como a definição de Heloiza Matos (2009), quando entende comunicação pública



como um processo de comunicação que perpassa por todos os envolvidos e dá espaço para debates, negociações e tomadas de decisão relativas à vida pública.

Seria a internet, então, o espaço que propicia a discussão dos assuntos de interesse público por parte dos grupos afetados? É notório que a internet, até mesmo pela incipiência de seu surgimento, ainda não tem força para corrigir o curso histórico da comunicação pública. Contudo, ela cria um espaço inédito que já começa a ser utilizado para esse fim e que demonstra um potencial que tende a ser melhor explorado no decorrer dos próximos anos.

Alguns exemplos disso podem ser vistos nos movimentos criados, organizados e divulgados por mídias sociais. Esses movimentos podem representar uma semente de como a internet poderá contribuir no futuro para o processo de construção da cidadania e da comunicação pública.

4. Movimento “Fora Marconi”

Um exemplo para demonstrar de que forma a internet pode funcionar como uma esfera pública moderna para propiciar um espaço de discussão e mobilização é o movimento que foi criado pelo Facebook denominado “Fora Marconi”, organizado com o intuito de afastar de seu cargo o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

Este estudo sobre o movimento supracitado foi conduzido com o intuito de responder como a internet pode colaborar com a construção da cidadania em relação à comunicação pública oriunda dos internautas. Todas as informações foram extraídas da *fan page* do movimento no Facebook⁷, de declarações via recurso "mensagens" em conversa entre o autor deste artigo e Arthur Moisés, um dos administradores da *fan page*, e de observação participante da primeira manifestação presencial do movimento, ocorrida em 14 de abril de 2012. Ressalte-se que em relação à observação participante, o autor deste trabalho observou cuidadosamente a metodologia proposta por Peruzzo (2009), se inserindo no grupo pesquisado sem se deixar passar por membro, atuando estritamente como observador autônomo.

O movimento Fora Marconi surgiu no dia 1º de Abril de 2012, como um evento de Facebook, criado por Samir Miguel, por indignação em relação ao esgotamento repentino da edição nº 691 da revista Carta Capital na cidade de Goiânia, que chegou às

⁷Facebook. Disponível em <<http://www.facebook.com/groups/379546372085577/>> Acesso em 09 jul. 2012.



bancas no dia da criação do movimento. A matéria de capa da revista, escrita por Leandro Fontes, com o nome “O crime no poder”, tratava do possível envolvimento do empresário e bicheiro Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, com políticos do estado de Goiás, entre eles o senador Demóstenes Torres, que teve seu mandato cassado em 11 de julho de 2012 por quebra de decoro parlamentar, e o governador do Estado, Marconi Perillo. A capa da revista estampava a foto destes três personagens com semblantes apreensivos e com o título “O crime domina Goiás”. Na edição seguinte, de número 692, a revista Carta Capital relatou episódios de tentativas de aquisição de grandes lotes da revista com o intuito de retirá-la de circulação.

Por participar ativamente do grupo divulgando e comentando na comunidade, um dos participantes do grupo, Arthur Moisés, foi convidado a colaborar na administração da página do evento. Segundo Arthur, o objetivo inicial dos participantes era conseguir uma cópia da citada edição da revista Carta Capital, digitalizá-la e passar ao maior número de pessoas possível, por meio das mídias sociais, e-mails e entrega de cópias físicas.

Com o passar do tempo, mais pessoas foram integrando o movimento, inclusive membros de outros grupos do Facebook que partilhavam dos mesmos anseios. Esse comportamento reforça os indícios de uma pretensa comunicação pública, no sentido de abrir o debate para cidadãos pertencentes a grupos voltados para discussão de temas de interesse público. As informações foram disseminadas rapidamente e o número de adeptos aumentou consideravelmente em poucos dias. A primeira manifestação presencial, realizada em 14 de abril de 2012, na Praça Cívica, sede do Governo de Goiás, contou com cerca de 14 mil confirmações de presença no evento criado dentro do Facebook. Desses, Arthur Moisés afirma que aproximadamente 6 mil pessoas compareceram. A matéria do jornal impresso O Popular, do dia 15 de abril, publicou que foram cerca de 3 mil pessoas. Independente do número exato, o volume de pessoas presentes incentivou os administradores a darem continuidade ao movimento. Durante o evento, alguns manifestantes expuseram que tentaram espaço em algumas mídias de massa, mas não obtiveram sucesso e, por conta disso, todo o movimento foi divulgado exclusivamente por meio da internet. Isso vem a confirmar a tendência da internet funcionar como uma nova forma de esfera pública, por propiciar um espaço de discussão quando outros meios de comunicação não o fazem.

Esta manifestação ocorrida em 14 de abril teve grande repercussão, pois recebeu a cobertura de diversos veículos, inclusive estatais. O episódio foi divulgado em



programas de rádio, nos principais jornais impressos do estado, em grandes portais nacionais, como Uol⁸ e G1⁹, além de várias emissoras televisivas locais, como TV Anhanguera, TV Serra Dourada e TV Record. Tal cobertura acabou por levar o movimento ao conhecimento das pessoas sem acesso à internet.

Desde então ocorreram diversas outras manifestações, incluindo edições em outras cidades, como Itumbiara e Goiás. O grupo contava, em 19 de abril de 2013, com cinco mil, trezentos e sessenta e dois membros.

Dentro das páginas do movimento no Facebook todos os membros têm liberdade de postar o que quiserem e de curtir, comentar ou compartilhar todo o conteúdo postado pelos demais membros. As postagens, na maioria das vezes, estão relacionadas com denúncias de corrupção em Goiás, feitas por diversos veículos. Todas as ações possíveis de se tomar nesta mídia social referendam muitos dos pré-requisitos apontados para se estabelecer uma comunicação pública de fato.

Conforme os aspectos apontados por Jorge Duarte (2009), as discussões e debates gerados pelo movimento dão prioridade ao interesse público em detrimento de interesses individuais ou corporativos, quando abrem espaço para todos os que quiserem discutir e formam grupos integrados e voltados para um objetivo de interesse público, que é a erradicação da corrupção na política. É importante ressaltar que até então não há nenhum tipo de condenação à pessoa do Governador, mas a discussão do tema é um acontecimento relevante. Voltando aos aspectos trazidos por Duarte, o cidadão possui centralidade no processo, uma vez que é ele quem emite todos os conteúdos ao mesmo tempo que recebe e discute tudo o que for de seu interesse dentro de um espaço aberto. O movimento também vai além do que somente prover informações, pois ele gera uma série de discussões a respeito dos assuntos suscitados. Além disso, ele se adapta às ferramentas de acordo com os públicos que, neste caso, é composto por internautas. Por fim, trabalha a comunicação como uma coisa única, pois os esforços de comunicação são voltados para um objetivo específico e bem delimitado.

É notório que, pelo curto prazo em que a internet se popularizou e ganhou espaço em diversos aspectos da vida dos indivíduos, a ponto Manuel Castells tratá-la como tecido da vida das pessoas, os cidadãos como um todo ainda precisarão passar por

⁸ UOL. Disponível em <josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2012/04/14/goias-tres-mil-pessoas-protestam-contra-perillo> Acesso em 14 abr. 2012.

⁹ G1. Disponível em <g1.globo.com/goias/noticia/2012/04/manifestantes-pedem-saida-do-governador-marconi-perillo-em-go.html> Acesso em 14 abr. 2012.



um processo de alfabetização digital. Só então se poderia cogitar falar em uma ferramenta que funciona como uma nova esfera pública que garante voz a todos e funciona como espaço de efetivação da comunicação pública. Contudo, também é muito importante acompanhar eventos pontuais e esporádicos que já iniciam um processo de amadurecimento dos interagentes e apontam possibilidades de caminhos para um uso mais consciente e menos ingênuo de uma ferramenta cheia de potencialidades.

5. Considerações finais

O surgimento da internet e as evoluções pelas quais passou fizeram com que ela se tornasse um meio que alterou a forma com que as pessoas lidam com as mídias de massa. Com possibilidades de participar ativamente tanto como produtor quanto como receptor, com condições de dar *feedback* e comentar todo o conteúdo disponível, os cidadãos com acesso à rede perceberam que é possível estabelecer diálogos, o que não ocorria em outros meios de comunicação, onde ocorria um fluxo unilateral de conteúdo.

Com essas possibilidades, o instrumento para se praticar uma comunicação pública verdadeira, com estabelecimento de negociações e com participação de todos os envolvidos nas discussões referentes a temas de interesse público, já existe e depende de vontade política e democratização de acesso para ser utilizado.

Contudo, como a comunicação pública não depende necessariamente do estabelecimento de papéis pré-definidos de emissores e receptores, até mesmo por se tratar de um diálogo, é a mensagem que tem definido os rumos que a CP tem tomado. Os grupos, ao definirem e discutirem os temas de relevância de seu interesse, passam a trazer à tona as pautas necessárias à construção da cidadania para este público específico. E a internet tem colaborado neste processo, sobretudo pelas mídias sociais.

Por ser um veículo relativamente novo e por ter trazido novas formas de interação em relação aos meios tradicionais, a internet ainda dá seus primeiros passos como ferramenta de instauração de uma verdadeira comunicação pública. Contudo, isso já pode ser verificado em episódios isolados, o que pode vir a servir de exemplo para que grande parcela da população, ao perceber o poder que a mobilização por meio da internet proporciona, passe a reivindicar todos os elementos que considerarem importantes em busca da construção de sua cidadania.

6. Referências Bibliográficas



- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 2007.
- BONIS, Gabriel. Coronelismo fora de moda. **Carta Capital**, São Paulo, n.692, p.24-26, abr. 2012.
- BRANDÃO, Elizabeth. Conceito de comunicação pública. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **A galáxia da internet**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUARTE, Marcia. Comunicação e cidadania. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ERCÍLIA, Maria. **A internet**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FORTES, Leandro. O Crime no Poder. **Carta Capital**, São Paulo, n. 691, p.20-25, abr. 2012.
- GERMAN, Christiano. **O caminho do Brasil rumo à era da informação**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2000.
- LEMONS, André. LEVY, Pierre. **O futuro da internet**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34. 2000.
- LIMA, Venício. Comunicação e política. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**, São Paulo, n.14, Ano 8, 1º semestre de 2011.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MELO, Rosana. Manifestação para centro da cidade por 3 horas. **O Popular**, Goiânia, 15 abr. 2012, p. 6.



MONTEIRO, Graça. A singularidade da comunicação pública. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NEUMAN, Elisabeth, **La espiral del silencio: opinión pública: nuestra peil social**. Barcelona: Paidós, 1995.

NOVELLI, Ana Lúcia. Comunicação e opinião pública. In: **Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERUZZO, Cicilia. Observação participante e pesquisa-ação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Sites pesquisados:

Brasil Conectado. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl/>> Acesso em 23 jun. 2012.

Computerworld. Disponível em <<http://computerworld.uol.com.br/telecom/2012/03/21/pnbl-e-lento-caro-e-para-poucos-afirma-idec/>> Acesso em 23 jun. 2012.

Embrasec. Disponível em <<http://www.embrasec.com.br/artigos/ponto-de-vista/70/A-radiodifusao-ontem-e-hoje>> Acesso em 13 de jul.2012.

Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-28/ministerio-das-comunicacoes-lanca-edital-do-projeto-cidades-digitais>> Acesso em 23 de jun. 2012.

Facebook. Grupo Fora Marconi. Disponível em <<http://www.facebook.com/groups/379546372085577/>> Acesso em 15 de jul. 2012.

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/04/pais-tem-146-milhoes-de-analfabetos-aponta-censo.html>> Acesso em 10 de jul. 2012.

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/numero-de-casas-com-tv-supera-o-das-que-tem-geladeira.html>> Acesso em 18 de abr. 2013.

G1. Disponível em <g1.globo.com/goias/noticia/2012/04/manifestantes-pedem-saida-do-governador-marconi-perillo-em-go.html> Acesso em 14 abr. 2012.

IBGE. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD384&sv=8&t=taxa-de-analfabetismo-funcional>> Acesso em 12 de jul. 2012.

Ministério das Comunicações. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/cidades-digitais>> Acesso em 24 de jun. 2012.

To Be Guarany. Disponível em <http://tobegarany.com/internet_no_brasil.php> Acesso em 18 abr. 2013.

UOL. Disponível em <josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2012/04/14/goias-tres-mil-pessoas-protestam-contraperillo> Acesso em 14 abr. 2012.